

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM 1926—1986

Amália Correia de Carvalho¹

CARVALHO, A. C. Associação Brasileira de Enfermagem — 1926-1986. *Rev. Bras. Enf.*, 39 (1): 7-12, jan./mar. 1986.

RESUMO . A história da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) confunde-se, quase, com a história da enfermagem moderna no Brasil. Ambas nasceram na década de vinte. Este resumo procura sintetizar as principais realizações da ABEn: criação da Revista Brasileira de Enfermagem, consecução de leis destinadas à regulamentação do ensino e do exercício profissional, realização de congressos anuais, promoção de atividades destinadas a facilitar o desenvolvimento intelectual e profissional dos enfermeiros e do pessoal auxiliar e a elaboração de levantamentos e pesquisas no campo da enfermagem.

ABSTRACT . The history of the Brazilian Nursing Association (ABEn) is very similar to the history of modern nursing in Brazil. Both were born in the twenties. This resume tries to synthesize the most important achievements of the ABEn: publication of the Brazilian Nursing Review, attainment of laws bounded to regulate teaching an nursing practice, promotion of annual congresses, edition of books and bulletins on nursing subjects in general, promotion of intellectual and professional development of nurses, technicians and auxiliary nurses through educational activities, and elaboration of surveys in the field of teaching and nursing practice, principally.

INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) completa sessenta anos de existência no dia 12 de agosto de 1986 — sessenta anos de serviços prestados à enfermagem brasileira. A data merece ser lembrada, como devem ser lembradas as principais realizações da Associação, efetivadas no decorrer dessas seis décadas, principalmente as que foram conseguidas nos seus primeiros anos de vida, logo após a implantação da enfermagem profissional no País.

A Associação teve um começo que pode ser considerado modesto, percorreu uma estrada cheia de tropeços entremeados de alegrias e encorajamento pelos pequenos mas significativos êxitos alcançados e chega aos nossos dias com um grande ativo de realizações e de empreendimentos programados. Os enfermeiros têm razão

em prestigiá-la e em zelar pelo seu contínuo progresso, pois constitui exemplo de trabalho incansável em favor do desenvolvimento dos profissionais de enfermagem e de zelo pela união da classe, pela preservação dos seus valores maiores e pelo aprimoramento da assistência de enfermagem oferecida ao povo brasileiro.

O início de qualquer obra, de qualquer trabalho singular, é tarefa para pioneiros — no caso da ABEn foi um empreendimento de pioneiras, por ter sido criada por um pequeno grupo de mulheres, frágeis na aparência, mas fortes na persecução do ideal de expandir a enfermagem brasileira e torná-la parte integrante do sistema de assistência à saúde no País.

É natural que se faça um breve histórico do desenvolvimento da Associação no seu 60º aniversário, embora muito já tenha sido escrito sobre o assunto, destacando-se a publicação do Documentário, em 1976.*

1. Coordenadora da Comissão Especial do Livro-Texto.

* Este trabalho foi baseado no livro "Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976 — Documentário", de Anayde C. de Carvalho, no que se relaciona ao período de 1926 a 1976. Os Relatórios apresentados nas Assembléias de Delegados constituíram a fonte dos fatos ocorridos de 1976 a 1986.

Neste resumo, porém, não serão mencionados os nomes das enfermeiras envolvidas nos fatos marcantes de cada período, a não ser das pioneiras de 1926 e daqueles que se tornaram indispensáveis no desenrolar da história. O trabalho de todas as que passaram pela administração da ABEn, ou que colaboraram nas atividades de suas diversas diretorias foi feito, por muitos e muitos anos, por idealismo simples e puro; essas enfermeiras eram impulsionadas pela obrigação a que se impunham do estrito cumprimento de um dever ético. Não transpareciam, em suas atitudes, interesses políticos, ideológicos, ou de regionalismo extremado, que pudessem quebrar a unidade da ABEn e a harmonia entre as associadas.

A fim de facilitar o acompanhamento da evolução da ABEn, a história será dividida em quatro períodos de quinze anos cada um, nos quais estarão resumidos apenas os acontecimentos essenciais.

Nascimento e Primeiros Passos — 1926-1941

Em 1925, diplomou-se a primeira turma de enfermeiras da Escola Ana Nery, já com a idéia de organizarem uma associação de ex-alunas a fim de continuarem a manter contatos periódicos entre si e de todas com a Escola. Por influência das enfermeiras norte-americanas Ethel Parsons e Bertha Pullen, respectivamente Superintendente do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública e Diretora da Escola Ana Nery, e de Edith de Magalhães Fraenkel, professora da Escola, decidiram, ao invés, fundar uma associação de classe que pudesse abrigar, além das egressas da própria escola, as demais enfermeiras que trabalhavam no Rio de Janeiro, formadas no exterior.

À reunião convocada para o dia 12 de agosto de 1926 compareceram as enfermeiras Rimidia Gayoso, Isolina Gossio, Isaura Barbosa Lima, Maria Francisca de A. Reis, Judith Arêas, Odete Seabra, Cecy Clausen e Heloisa Veloso, que são consideradas as fundadoras da Associação. A diretoria provisória eleita na ocasião colocou na presidência, secretaria e tesouraria, as três primeiras e nessa mesma ordem.

Em 1927 foi constituída a diretoria definitiva, com Edith de Magalhães Fraenkel na presidência e Heloisa Veloso e Maria Francisca Reis, respectivamente, como secretária e tesoureira.

Uma associação feminina? Absolutamente não. O fato de a ABEn ter, por cerca de quatro décadas, apenas mulheres em seu quadro de associadas e, portanto, na diretoria, retrata uma realidade da época. As escolas de enfermagem abriam

matrículas somente para moças. Em contraposição, os homens ainda não estavam interessados na profissão e a ela só foram despertados muito mais tarde, quando a Associação já possuía um acervo de realizações que delineavam a trilha firme e segura para um grande desenvolvimento. A feliz entrada dos enfermeiros na administração da ABEn, através das Seções e dos Distritos, é relativamente recente, o que é encarado com otimismo e entusiasmo, pela nova força que o fato representa para o destino da profissão.

Nos seus primeiros quinze anos de vida, a Associação caminhou devagar — houve fases de pouca atividade. A existência de um número reduzido de escolas, diplomando poucas enfermeiras em cada turma, o excesso de trabalho das pioneiras, quase todas atuando na saúde pública, em locais distantes, dificultavam uma vida associativa mais intensa. Mesmo assim, fatos importantes ocorreram nesse período.

Em 1929, a Associação filiou-se ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE) e mandou representantes ao Congresso dessa entidade realizado nesse mesmo ano em Montreal, Canadá. A ABEn continua até hoje filiada ao CIE e o número de associados que participam desses Congressos quadrienais, inclusive para a apresentação de temas sugeridos pelo Conselho, aumenta a cada quadriênio. Constitui fator de crescimento e desenvolvimento individual e da própria Associação.

A presença de Edith Fraenkel na chefia de delegação brasileira ao Congresso de 1929, no Canadá, representou fator decisivo na criação da *Revista Brasileira de Enfermagem*. Imbuída da convicção de que “para uma profissão progredir é preciso que tenha uma associação e uma revista”, Edith Fraenkel trouxe desse Congresso Internacional a sugestão e os planos para a criação de uma revista de enfermagem.

Maior de 1932 marcou a data da publicação do 19º volume de um periódico que até hoje constitui o principal veículo de comunicação científica da classe. Teve fases de crise, interrupção (1941 a 1945) e de irregularidade nas publicações mas foi, e continua sendo, um dos importantes fatores do desenvolvimento e progresso do ensino e da prática da enfermagem no Brasil.

A preocupação com os problemas educacionais e com a regulamentação da prática profissional constituiu sempre uma constante para as enfermeiras que dirigiam os serviços de enfermagem e a Escola Ana Nery, mesmo antes da criação da ABEn. A Associação assumiu grande parte das responsabilidades de zelar pelo desenvolvimento do ensino e pela defesa da classe.

Em 1939 foram criadas, entre outras, as Comissões Permanentes de Legislação e de Educa-

ção que iniciaram um trabalho direcionado no sentido de conseguir a regulamentação do ensino e da prática da enfermagem no País. Foi a época em que começaram a aparecer projetos de criação de escolas em alguns Estados. As Comissões da ABEn entraram em ação a fim de evitar que fosse dado o nome de escola de enfermagem a instituições de nível inadequado. Na esfera da legislação houve contatos com o Ministério do Trabalho visando a defesa da classe e a regulamentação do exercício profissional. Em agosto de 1939, a presidente da Associação comunicou às associadas que um anteprojeto de regulamentação da prática de enfermagem havia dado entrada naquele Ministério, mas que o "Sindicato dos Enfermeiros Terrestres" não havia concordado com seus dispositivos. Foi o início de uma luta que se prolonga até hoje.

A Associação participou ativamente da criação e do desenvolvimento de quase todas as escolas de enfermagem dos primeiros tempos. Esteve sempre atenta às dificuldades encontradas, procurando auxiliar diretoras e professoras na medida do possível.

Crescimento e Consolidação — 1941-1956

No início das atividades da ABEn não era fácil conseguir candidatas para os cargos administrativos. O fato de Edith Fraenkel permanecer na presidência de 1927 a 1938, de 1941 a 1943 e de 1948 a 1950, e o testemunho das enfermeiras mais antigas confirmam essa dificuldade. O trabalho era árduo e exigia abnegação, espírito de luta e sacrifícios pessoais, inclusive pecuniários. Quase todas as presidentes exerceram mais de um mandato, na maioria das vezes por absoluta falta de candidatas ao cargo.

No período de consolidação, prosseguem os trabalhos da comissão de Educação, que culminaram com a promulgação da Lei nº 775/49, que dispunha sobre o ensino de enfermagem no País, regulamentada pelo Decreto nº 27.426/49. Finalmente, a profissão contava com uma lei de ensino que, além de colocar o curso de enfermagem entre os de nível superior, ainda que a longo prazo, criava o curso de auxiliar de enfermagem, uma necessidade considerada premente naquela época. A Associação teve ação preponderante no que concerne ao currículo e à maior parte das disposições contidas nessa lei, tendo acompanhado toda a sua tramitação, apresentando valiosos subsídios.

A preocupação com os problemas relacionados com a assistência materno-infantil e com a saúde da comunidade determinou a criação de Comissões que tratassem desses assuntos, além de outras, todas necessárias para o auxílio às esco-

las na programação do conteúdo das disciplinas profissionalizantes.

Os esforços da Comissão de Legislação levaram à promulgação da Lei nº 2604/55, que regula o exercício da enfermagem profissional, já agora bastante defasada e prestes a ser substituída por novas disposições que melhor atendam às necessidades da classe.

Fato dos mais significativos desse período foi a entrada no Ministério da Educação e Saúde, em 1945, de um projeto para a criação do "Conselho de Enfermagem"; outras cinco tentativas foram feitas no biênio seguinte. O assunto não saiu mais da pauta dos trabalhos da ABEn até 1973, quando foram, finalmente, criados os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem.

A criação da primeira Seção Estadual da ABEn data de 1945, em São Paulo, seguida das Seções do Distrito Federal — hoje Estado do Rio de Janeiro — e da Amazônia (Amazonas e Pará), em 1946. A partir daí foram criadas as demais, atualmente enriquecidas por um ou mais Distritos.

Em 1947, foi realizado o I Congresso de Enfermagem, planejado, organizado e realizado pela Seção de São Paulo, presidida na época por Edith Fraenkel, que hospedou as Congressistas na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) da qual era diretora. Difícil de imaginar hoje a EEUSP, na época ainda não inteiramente mobiliada e, portanto, ainda não habitada pelas estudantes, transformada em residência temporária das enfermeiras dos outros Estados; e as recém-diplomadas da 1ª turma dessa Escola servindo o café da manhã às hóspedes e cuidando do seu conforto e bem-estar. . . difícil de acreditar, mas compreensível para um grupo que desejava, mais que tudo, firmar a profissão e criar condições para o seu desenvolvimento e progresso.

A partir daí, a Associação realizou Congressos anualmente, somando um total de 37 nacionais, até 1985. As 112 enfermeiras (das 200 associadas existentes) e 99 estudantes presentes ao 1º Congresso transformaram-se em 4.206 participantes do 37º.

A partir de 1977, as Comissões Executivas dos Congressos fazem publicar os *Anais do Congresso*, contendo informações sobre o conclave e recursos das pesquisas e dos trabalhos apresentados, o que documenta a evolução do progresso cultural, científico e profissional da classe.

A par dos nacionais, hospedou o X Congresso do Conselho Internacional de Enfermeiras, realizado em Petrópolis, em 1953, realizou, em 1951, o I Congresso Latino Americano do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS) ao qual havia se filiado por

iniciativa de um grupo de associadas católicas e, em 1976, o I Congresso Sul Americano, também do CICIAMS, além disso hospedou, em 1983 o Conselho de Representantes Nacionais do CIE, em Brasília, para as reuniões administrativas do biênio.

Evolução e Progresso — 1956-1971

Esta foi uma época de grandes acontecimentos que contribuíram, seguramente, para acelerar o progresso da profissão e dos profissionais de enfermagem, agora protegidos pela legislação do ensino e do exercício que, embora ainda não inteiramente satisfatórias, abriram caminho para sua afirmação na comunidade como elementos indispensáveis nos serviços de assistência à saúde.

A preocupação das enfermeiras pelas questões éticas relacionadas à prática profissional sempre existiu e começou a ser tratada com maior seriedade a partir do 3º Congresso, em 1949. A importância do assunto levou à criação de uma Comissão que, embora renovada periodicamente em seus membros, manteve o assunto em pauta durante nove anos até que, em 1958, foi aprovado o Código de Ética da Associação Brasileira de Enfermagem. A Lei nº 5.905/73, de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, determinou a elaboração de um Código de Deontologia de Enfermagem. Aprovado pela Resolução COFEn-9, de 1975, este Código constitui hoje a tábua das normas de conduta dos profissionais de enfermagem — dos deveres para com a comunidade, clientes, profissão e profissionais.

Na área da educação, os seminários, encontros e grupos de estudo contribuíram para o aperfeiçoamento dos programas educacionais em ambos os cursos — de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. O Parecer nº 271/62 do Conselho Federal de Educação, modificado imediatamente após sua publicação por exigência da ABEn que apresentou subsídios em nome das educadoras de enfermagem, constituiu, pode-se dizer, a porta de entrada das escolas de enfermagem nas universidades.

A criação dos cursos técnicos de enfermagem (1966), previstos em virtude da Lei nº 4024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não foi propriamente iniciativa da ABEn que, no entanto, passou a trabalhar para que esses cursos se firmassem no sistema de ensino de enfermagem; até hoje não conseguiu, porém, que o exercício dos técnicos fosse regulado em lei, o que prejudica não apenas a eles, mas a toda a enfermagem brasileira e os planos de assistência à saúde.

De igual importância foi o aumento no número de publicações de livros, manuais e folhetos de autoras brasileiras. Além da edição do Boletim In-

formativo mensal da ABEn, a Associação publicou diversas edições do *Manual do Auxiliar de Enfermagem* de grande utilidade para as escolas e cursos desse grau de ensino. Aumentou a literatura profissional, apesar de continuar ainda carente em relação aos livros didáticos. Para suprir em parte essa deficiência estão sendo publicados *Cadernos Científicos de Enfermagem*, já no seu 3º volume.

A pesquisa de enfermagem, de utilização incipiente no Brasil — ou quase inexistente —, teve seu alicerce plantado neste período, como um dos fatos mais auspiciosos para o futuro da profissão. A ABEn, demonstrando amadurecimento, coragem, determinação por parte da diretoria e dos associados, lançou-se num empreendimento considerado temerário na época, tendo em vista suas más condições financeiras e a carência de pessoal especializado no planejamento e na realização de uma pesquisa. Consciente da necessidade de informações sobre a situação do ensino e do exercício da enfermagem no País, a ABEn, de 1956 a 1958, planejou, organizou, elaborou e concluiu o *Levantamento de Recursos e Necessidades da Enfermagem no Brasil*. O estudo foi financiado pela Fundação Rockfeller e contou com a assistência técnica da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros.

A partir dessa data, houve informações seguras sobre a situação real da enfermagem, existente no País. A fim de continuar a divulgação de todos, principalmente referentes às condições das escolas de enfermagem, acrescido do objetivo de oferecer assessoria a essas escolas em relação aos programas de ensino, a ABEn criou a “Comissão de Seguimento do Levantamento” que, com pequeno auxílio financeiro da Fundação Rockfeller e grande verba da própria ABEn, funcionou na Escola de Enfermagem São José, em São Paulo, até 1964, quando foi transformada em comissão permanente da ABEn com o nome “Comissão de Documentação e Estudos”. Em 1971 foi transformada no “Centro de Estudos e Pesquisas de Enfermagem” (CEPEEn) hoje em pleno vigor de trabalho, contribuindo para o crescimento intelectual, científico e profissional dos enfermeiros. Em 1985, foi realizado o 4º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, o que bem demonstra o dinamismo do CEPEEn. Além disso, já publicou cinco *Informes sobre Pesquisas e Pesquisadores* e mantém um Banco de Teses que, em 1983, já contava com mais de duzentas teses catalogadas.

No campo do relacionamento internacional, a Associação filiou-se, em 1970, à Federação Pan Americana de Enfermeiras(os), o que tem contribuído para a maior união, congraçamento e intercâmbio com profissionais dos demais países das

Américas do Norte, Centro e Sul. Em 1983, a reunião do Conselho Diretor dessa Federação foi realizada em Brasília, a convite da ABEn.

Não pode deixar de ser lembrada a contribuição do elemento masculino nas atividades da ABEn. Com o aumento gradual, ainda que lento, do número de enfermeiros, de ano para ano, espera-se que seja maior sua contribuição para o desenvolvimento da ABEn, com o mesmo entusiasmo e desprendimento demonstrado sempre pelos seus dirigentes e associados.

No final da década dos anos 60, tiveram início os trabalhos no sentido da criação de associações profissionais como primeiro passo para se conseguir os verdadeiros sindicatos de enfermeiros. A Associação lutou pela reforma da legislação que amparava os sindicatos existentes e incentivou e ajudou os interessados no assunto. Os sindicatos de enfermeiros, porém, só se tornaram uma realidade alguns anos mais tarde.

Tempos Atuais – 1971-1986

A aquisição de três conjuntos de salas no Rio de Janeiro, em 1953, havia propiciado a oportunidade da instalação de uma sede própria para a ABEn, o que determinou a agilização dos trabalhos de diretoria e das comissões permanentes e especiais.

Entretanto, com a mudança do Governo para Brasília tornou-se um dos mais importantes objetivos da Associação estabelecer-se também na Capital Federal.

A inauguração da sede em Brasília (1971) constituiu fato marcante na vida associativa dos enfermeiros. As gestões para conseguir a doação de um terreno no Distrito Federal tiveram início em 1958 e a doação foi efetivada cinco anos após. A construção do prédio mobilizou toda a classe e exigiu sacrifícios dos associados e, principalmente, da diretoria dos biênios 1968/70 e 1970/72, em razão das já crônicas dificuldades financeiras pelas quais a ABEn atravessava, mas valeu a pena. Inaugurada durante a 32ª Semana de Enfermagem, constitui hoje patrimônio valioso que passará às futuras gerações de enfermeiros. Abriga os serviços administrativos da Associação e da Revista, uma biblioteca e um museu, este recém-criado é destinado a recolher e guardar documentos e objetos de valor histórico para a enfermagem brasileira.

Na área da educação, foi dado mais um passo na direção de um currículo mínimo satisfatório, sendo publicado o Parecer nº 163/72, do Conselho Federal de Educação, determinando o Currículo Mínimo dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia. Os esforços da ABEn para unir as duas profissões, enfermagem e obstetrícia, tiveram bom êxito em decorrência das disposições legais referen-

tes à reforma universitária. Sua atuação junto aos membros do Conselho Federal de Educação propiciou a elaboração de um currículo mínimo a contento das educadoras de enfermagem e de obstetrícia da época.

No campo da legislação, a publicação, em 1974, do livro *Enfermagem – Legislação e Assuntos Correlatos*, em três volumes, pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), por solicitação da ABEn, colocou ao alcance dos enfermeiros um instrumento valioso de consulta e ensinamento. À enfermeira Anyta Alvarenga, do SESP, se deve a compilação das leis do interesse da enfermagem, a partir de 1832, e os respectivos comentários, segundo a necessidade.

A história da enfermagem, ligada ao desenvolvimento da ABEn, foi beneficiada com a publicação do livro *Associação Brasileira de Enfermagem – 1926-1976. Documentário*, publicado em 1976, ano do jubileu de ouro da Associação.

Datam de fins do período anterior, os primeiros estudos no sentido da elaboração da Política de Trabalho da ABEn. Aprovada em 1972, foi posteriormente reformulada e constitui hoje elemento essencial para a definição do papel da enfermagem como parte integrante da política de saúde do País.

Através das demais Comissões Permanentes e em colaboração com as escolas de enfermagem e outras instituições de ensino e de assistência à saúde nossa entidade de classe aumenta, de ano para ano, as atividades científicas, proporcionando aos associados oportunidade para a participação em grupos de interesse clínico, cursos de especialização ou de aperfeiçoamento, encontros estaduais e regionais, palestras, seminários, congressos nacionais e internacionais, conferências, debates e simpósios.

Cumprir salientar a participação dos associados da ABEn, nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), desde 1972. Em 1977, a Enfermagem foi classificada como uma das Ciências na Seção de Ciência Aplicada dessa Sociedade.

As Seções Estaduais editam um Boletim Mensal e algumas já fazem circular uma Revista própria, destinada a divulgar notícias da enfermagem no Estado e a produção científica de seus associados. A REBEn e o Informativo ABEn, editados pela ABEn Central, passaram a ser entregues diretamente pelo correio, aos associados.

Os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, aspiração das primeiras diretorias, que pela sua criação trabalharam desde 1945, substituídas na luta pelas diretorias posteriores, tornaram-se realidade em 1973, através da promulgação da Lei nº 5905/83. Instalado o Conselho Federal, dois

anos após, seguindo de imediato a instalação dos Regionais, começou para a enfermagem brasileira uma nova fase de vida. Como “órgão disciplinador do exercício profissional”, o COFEn colocou nas mãos dos enfermeiros os instrumentos para a fiscalização desse exercício e um Código de Deontologia onde se encontram os princípios e deveres que orientam e conduzem a atividade profissional . . .”

E. como fecho deste resumo, merece menção especial a publicação do *Estudo do Exercício de Enfermagem nas Instituições de Saúde do Brasil – 1982/1983*; Força de Trabalho em Enfermagem, 1º volume. Trata-se de um estudo efetuado como seqüência do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem do Brasil, de 1958, ampliado e divulgando dados minuciosos sobre os variados aspectos da prática de enfermagem no que se relaciona a pessoal, condições de trabalho, produção científica e vida associativa, entre outros.

Para a execução do estudo, foi feito um convênio COFEn-ABEn e o Projeto Nacional de Pesquisa, como foi chamado, recebeu substancial ajuda financeira do INAMPS. O grupo responsável pelo trabalho contou com a colaboração de outras instituições no que diz respeito à assistência técnica de especialistas em pesquisa. Aguarda-se, para breve, a publicação do 2º volume.

A ABEn, entidade de caráter cultural e assistencial, o COFEn e os COREn's, órgãos disciplinadores do exercício profissional e os Sindicatos, defensores dos direitos econômicos e das condições de vida e trabalho dos profissionais, constituem as três entidades que se completam no que se relaciona com a assistência e a defesa dos enfermeiros, que delas dependem e por elas trabalham.

Para que todas as três alcancem o máximo de sua eficiência na defesa dos interesses da classe é importante que essa classe continue a prestigiá-las como sempre o fez, oferecendo trabalho e colaboração.

A Associação Brasileira de Enfermagem, à qual as outras duas devem, de certa maneira, sua existência, é credora do respeito e da admiração dos enfermeiros. Sua história é composta por uma sucessão de fatos e pela evolução de acontecimentos na enfermagem. Não estaríamos no estágio presente sem os anteriores. Para todos aqueles que tornaram possível a situação atual da Associação, a gratidão e o respeito pelo patrimônio que nos legaram.

CARVALHO, A. C. Associação Brasileira de Enfermagem – 1926-1986. *Rev. Bras. Enf.*, 39 (1). 7-12, Jan./Mars. 1986.
